



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

ATA Nº65 – 26 de ABRIL de 2012

Local:	Prefeitura Municipal de Alegrete	Horário :	8h30min as 13h
Diretoria			
Presidente: Ivo Mello (Ass Arrozeiros de Alegrete)	Vice-Presidente: Roberto Basso (Ass Arrozeiros de Uruguaiiana)	Sec.Executiva: Mariza Beck	
Convidado	Associações de Pescadores, Ministério da Pesca, Sr Antonio Valein Vargas		

PAUTA

1. Abertura
2. Informações da secretaria executiva – Processo Eleitoral 2012
3. Pesca e legislação na bacia do Ibicuí – Presidentes das Ass de Pescadores de Alegrete, Manoel Viana, Uruguaiiana e Rosário do Sul e da Colônia de Pescadores Z9 e representantes do Ministério da Pesca
4. Apresentação do relatório Final do Processo de Planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí
5. Plano Emergencial de Reservação de Água no Alto Ibicuí
6. Assuntos Gerais

Abertura

O presidente saudou os presentes dando inicio a reunião. Em seguida, procedeu-se a apresentação da plenária e a aprovação da Ata da 64ª Reunião Ordinária, sem ressalvas. Agradeceu a acolhida da Prefeitura, em especial ao secretário do Meio Ambiente, Nilto Delgado. Agradeceu também a Profill Engenharia e Ambiente que proporcionou o *coffee break* de recepção e o coquetel que seria oferecido após a reunião, comemorativo ao encerramento das Fases A e B do Plano da Bacia do Ibicuí.

Processo Eleitoral 2012

O presidente reforçou as comunicações já enviadas sobre o Processo Eleitoral do CBH Ibicuí, publicado no DOE, em 29 de Março e que se estenderá ate o dia 29 de Maio do corrente ano. As inscrições poderão ser feitas pela internet, acessando o site do Comitê Ibicuí – www.comiteibicui.com.br ou na secretaria executiva do CBH Ibicuí, Associação dos Arrozeiros de Uruguaiiana, Instituto Federal Farroupilha de São Vicente do Sul ou ainda, na secretaria executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na SEMA, em Porto Alegre. A secretaria executiva comunicou que estava de posse das fichas de inscrição caso alguma entidade quisesse aproveitar o momento e já se habilitar, após a reunião.

Pesca e legislação na bacia do Ibicuí

O presidente contextualizou o episódio ocorrido no final de janeiro e inicio de fevereiro de 2012, quando o Comitê Ibicuí, através da secretaria executiva, acatando uma solicitação das Associações de Pescadores de Rosário do Sul, Manoel Viana, Alegrete e Uruguaiiana, encaminhou ao Ministério da Pesca consulta sobre a possibilidade de prorrogação do período de defeso, que encerraria no dia 31 de janeiro, devido ao baixo nível dos rios da bacia hidrográfica provocado pela estiagem que castigava a região. O Ministério da Pesca, através da Superintendência do RS, considerou justa e pertinente a solicitação e orientou o encaminhamento do pedido, sugerindo, em primeiro lugar que fosse emitida uma Nota Técnica. A



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

secretaria executiva do CBH Ibicui, reportou-se ao especialista em ictinofauna da UNIPAMPA, Prof Marcus Querol, pedindo que expusesse as suas considerações sobre a prorrogação, recebendo, em seguida, um Parecer Técnico favorável. Sendo o CBH Ibicuí ordenado pelo Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, a solicitação por ofício foi encaminhada ao departamento de recursos hídricos da SEMA, junto com o parecer técnico. Imediatamente foi realizada uma reunião entre os representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA e da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, em Porto Alegre que resultou em uma Declaração Conjunta, apoiando a prorrogação do defeso com a ressalva de que só poderiam oficializá-la se o Ministério do Trabalho, responsável pelo pagamento do seguro defeso, garantisse a continuidade deste durante a prorrogação. Este, sob a alegação de que o Estado não poderia gerar despesas para a União, não se comprometeu com o pagamento. Sob estas circunstâncias, o chefe de gabinete da SEMA, Marco Mendonça, em correspondência por email, comunicou ao CBH Ibicui a impossibilidade de autorizar a prorrogação do defeso nesta bacia hidrográfica. O presidente, Ivo Mello, justificou as ações executadas “ad referendum” pela secretaria executiva, pelo exíguo prazo que se dispunha e urgência necessária para a tomada de decisão diante de um conflito pelo uso das águas, cuja competência para solução, em primeira instância, é deste colegiado, e que fora demandado por um usuário da água com representação oficial na composição do CBH Ibicui. Ao ser negada a prorrogação do defeso, apesar de todas as evidências de uma situação crítica ambiental e do entendimento das entidades supramencionadas, entendeu a diretoria deste Comitê que havia um “ponto cego” entre as competências de gestão dos recursos hídricos, que impossibilitou que uma decisão do CBH Ibicui pudesse ser acatada. Diante do exposto, abriu a discussão com a plenária, com a presença das lideranças dos pescadores da região (ver em presenças) e do representante do Ministério da Pesca, Sr. Antonio Valcir Vargas. O Prof. Luiz Ernesto Elesbão, representante da UFSM, de imediato lembrou que o estado gaúcho é o único brasileiro que não tem legislação de pesca e que, inclusive, não é bem esclarecido o que é pesca profissional e a artesanal. O Vereador Luis Gilberto Risso, da CV de Uruguaiana, concordou e complementou que a legislação federal regra somente a pesca marítima sem que se reporte a de água doce. Tiago Loch, do DRH da SEMA, disse que a situação conflitante aconteceu porque, apesar da Lei Complementar 140\2011, que compartilha a gestão ambiental desde dezembro de 2011, esta não está regrada, impedindo que os órgãos atuem sob esta legislação. O Sr Silon Munhoz Pereira, pescador, acha que a Portaria do IBAMA, que determina o período de defeso, deveria elencar critérios que prevejam a possibilidade de estender o período de defeso. O Sr. Miguel Oscar Souza, do Sindicato Rural de Alegrete, complementa, sugerindo que a determinação de permitir ou não a pesca deveria estar ligada às vazões dos cursos d’água: independente da época do ano, sem vazão a pesca não seria permitida. O Sr. Fernando Silva, presidente do Conselho do Meio Ambiente de Alegrete, além de recomendar que o Ministério da Pesca integre a composição do CBH Ibicui, lembra que um dos princípios previstos no Direito Ambiental é o da precaução e que este caso se encaixa nos critérios para acessá-lo e está à disposição dos gestores. O Sr Antonio Vargas, do Ministério da Pesca, acha a discussão pertinente e que auxilia o MP a tratar sobre o assunto e dar encaminhamentos. Informou que a Portaria do IBAMA é reeditada em três a quatro anos, definindo o período da piracema e ainda, que o Ministério da Pesca legisla apenas sobre as questões da licença de pesca, sendo do IBAMA a tarefa de fiscalização. Como encaminhamento, o presidente Ivo Mello colocou para consideração da plenária, a



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

elaboração de um ofício destinado ao Conselho de Recursos Hídricos, que manifeste a inconformidade do CBH Ibicui sobre o ocorrido, para as devidas providências. Na sequência, o presidente leu a mensagem que o então chefe de gabinete da SEMA enviou ao CBH Ibicui, em 14.02.2012, onde, junto com a negativa da prorrogação, afirmava o Sr. Marco Mendonça a existência de conflito pelo uso da água entre a atividade pesqueira e a irrigação (sic), recomendando atenção do CBH Ibicui, referindo-se ao artigo 19 da Lei 10.350/94 que estabelece que são atribuições dos Comitês de Bacia: *“IX - compatibilizar os interesses dos diferentes usuários da água, dirimindo, em primeira instância, os eventuais conflitos.”* Perguntado a plenária sobre a veracidade desta afirmação, manifestou-se o Sr. Luis Carlos de Ávila, da Ass. Pescadores de Alegrete, dizendo que não há conflito que se caracterize em discórdias entre os usuários, mas que existem problemas em determinadas situações que devem ser resolvidos, pois afetam a atividade da pesca, como o bombeamento simultâneo das águas superficiais em época de escassez de água e a sucção dos alevinos durante o bombeamento, diminuindo a capacidade piscosa do corpo d'água. Respondendo, Ivo Mello disse que os estudos que seriam apresentados na sequência não demonstravam nenhuma incompatibilidade entre as atividades, mas que em eventos climáticos críticos a possibilidade de problemas pontuais deve ser considerada. O Sr. Jaime Cruz Palma sugeriu que os irrigantes colocassem telas dentro das regadeiras e, quando aquela carregar de alevinos, dessem retorno para que estes voltem ao curso d'água original. Segundo ele, uma solução simples que requer apenas senso de cooperação por parte dos produtores. O Prof. Lauren Moraes da Silva, do IFF Alegrete, considerou positiva a afirmação do chefe de gabinete, pois esta reforça a pertinência em agilizar os licenciamentos para construção de açudes para irrigação, estruturas que resolveriam boa parte dos possíveis conflitos entre os usuários dos rios e arroios da bacia. Como encaminhamento, um ofício será enviado ao CRH descrevendo sucintamente a discussão e sugerindo providências a serem emanadas do Conselho.

Relatório Final do Processo de Planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicui- Carlos Bortoli e Henrique Kotzian, da Profill Engenharia e Ambiente, consultora contratada através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos encarregada da condução do processo de planejamento da bacia do Rio Ibicui, apresentaram a plenária o relatório Final do planejamento, já disponível para download no site do CHB Ibicui, www.comiteibicui.com.br, com dados sobre a caracterização da bacia hidrográfica, população e atividades, quantidade e qualidade das águas, usuários, demandas e balanço hídrico e o enquadramento das águas superficiais. Lembraram que um documento sobre o enquadramento aprovado pelo CBH Ibicui e outro com diretrizes para outorga de água estão em preparo para que sejam encaminhados ao DRH e, posteriormente ao CRH, onde, aprovados como resoluções passam a ser critério para os futuros licenciamentos de empreendimentos com potencial poluidor bem como das renovações de licença de operação e às futuras outorgas pelo uso da água. Os consultores referiram-se a necessidade de ser contratada a FASE C do processo, onde então, as intervenções necessárias para alcançar os objetivos de qualidade determinados no enquadramento, deverão ser estudadas e elencadas, bem como atribuídos custos e fontes de financiamento para sua execução. Encerrando, agradeceram a participação de todos durante os dezoito meses de elaboração dos estudos, o mesmo fazendo o presidente do CBH Ibicui, Ivo Mello. O vice presidente, Roberto Basso considera este trabalho um divisor de águas, ápice de uma



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

construção iniciada há doze anos, tempo em que muitas experiências foram trocadas em favor da instalação do sistema estadual de recursos hídricos.

Plano Emergencial de Reservação de Água no Alto Ibicui – A estiagem que enfrentou o estado do Rio Grande do Sul no final de 2011 e primeiros dois meses de 2012, afetou sobremaneira a porção alta da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicui, em especial as UPG's 1, 2 e 3, sub bacias do Ibicui Mirim, Toropi e Jaguari, respectivamente. Reunidos no Sindicato Rural de São Vicente do Sul, em 31 de janeiro de 2012, lideranças dos municípios afetados decidiram formatar um Plano Emergencial de Reservação de Água no Alto Ibicui que, segundo o coordenador do Comitê Gestor formado, Sr Carlos Frizzo, visando aumentar a quantidade de açudes na região, deverá contratar uma empresa para execução do trabalho. O assunto foi levado ao conhecimento da CPA – Comissão Permanente de Assessoramento do CBH Ibicui, em reunião realizada no dia 8 de Fevereiro de 2012, em Uruguaiana. O CBH Ibicui entendendo a pertinência da proposta, redigiu um documento que deverá ser encaminhado ao DRH e FEPAM, apoiando a iniciativa, solicitando agilidade nos trâmites para licenciamento das obras. A plenária manifestou-se em favor do encaminhamento.

Assuntos Gerais - O Sr Henrique Dornelles, presidente da Associação dos Arrozeiros de Alegrete, convidou os presentes para participarem da programação da V Semana Arrozeira de Alegrete que realizar-se-á de 27 de Maio a 2 de Junho.

Alegrete, 26 de Abril de 2012.

ASSINATURAS


SECRETÁRIO


PRESIDENTE

PRESENCAS NA PROXIMA PAGINA...



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

Representantes Presentes	<p>Usuário Titulares Janio V. Oliveira - Prefeitura de Itaqui Renan Machado – Prefeitura de Manoel Viana Newton Trevisan - CORSAN Carlos Frizzo– Sindicato Rural de São Vicente do Sul Julio Medeiros - AGEFLOR Ivo Mello - Ass. Arrozeiros de Alegrete Roberto Basso – Ass. Arrozeiros de Uruguaiana Miguel Oscar Souza – Sindicato Rural de Alegrete Marlon Bonamigo – Quevedos Energética AS Othon da Luz – Tamandaré late Club Kerlen Fernandes – Colônia dos Pescadores Z9</p> <p>Usuários Suplentes Nilton Delgado – Prefeitura de Alegrete Luane Milder – Prefeitura de São Pedro do Sul Edson Rosso – Tractebel Energia Silon Munhoz Pereira_ Ass. Pescadores de Manoel Viana</p> <p>População Titulares Italo Giorgi – Rotary clube Uruguaiana Luis Gilberto Risso – Câmara de Uruguaiana Elena Brandolt – Ass. Moradores do Mariano Pinto Luiz Ernesto Elesbão – UFSM Fabiane Segabinazzi - URCAMP Adriana Vargas– Fundação Maronna Ademar Pilecco – Ass Engenheiros Agronomos de Alegrete Rogerio Coutinho – Ass. Engenheiros Agrônomo de Uruguaiana</p> <p>População Suplentes Lauren Moraes – IFF Alegrete</p>
	<p>Grupo III e IV Alessandro Cruz - Sec Agricultura Tania Burdulis - FEPAM Tiago Loch – DRH</p>

CONTINUA....



Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí

Outras Presenças	<p>Henrique Kotzlan – Profill Consultoria Carlos Bortoli – Profill Engenharia Ana Lucia M.Rodrigues – FEPAM Tatiane Furlando de Souza _ FEPAM Fernando Silva – OAB Alegrete e Conselho Municipal do meio Ambiente Claudio Einldft – Sin Rural São Pedro do Sul e Conselho do Meio Ambiente de São Pedro do Sul Helvio Rohde – Conselho do Meio Ambiente de São Pedro do Sul Diego Menezes – São Pedro do Sul Fernando Pilar Cesar - Coopeagro – responsável técnico Prefeitura São Pedro do Sul Osorio da Luz CORSAN Manoel Viana Emerson Santos – Manoe Viana Gaspar Guterres – IFF Alegrete Arido Oliveira – Secretaria Municipal Meio Ambiente Alegrete Henrique Farret – Fundação Maronna Antonio Henrique Alves Margarete de Lima Lauderti Moises Nemitz – Joice Raupp – URCAMP</p> <p>Luis Carlos de Avila – Iolanda Alves Mendes Maicon Bianchi de Freitas Eleandro Domingues Mendes Jederson Ariosto Rosado Claucio Antonio Duarte Irmo Soares Dornelles Edi Verner Ferreira Vargas Ovaide Alves Emerson Carlos Rosado Antonio Irineu Nunes Adão Jaime Palma Jose Gonçalves Marcio Fabiano Oliveira</p> <p>Associação dos Pescadores de Alegrete</p> <p>Acácio Guedes da Luz – Unipampa – Agronomia Luiz Henrique Ereno – IRGA Alegrete\Manoel Viana Fernanda Mergen – IRGA Veranice Ilha – Ass. Pescadores Nova Conquista – Uruguaiana João Luis da Silva - Ass. Pescadores Nova Conquista – Uruguaiana Ivan Guterres – Eng Agronomo – consultor Ariel Oyhenard – Prefeitura Municipal de Uruguaiana Luiz Glasenatt Jr – AGROMAIS tec agrícola Aderlei Schmidt Ludtke – Coodercana Fernando Bassotto – Cooperagro Helvio Rhode – IRGA São Pedro do Sul Laudiomiro M Weber – CORSAN São Pedro do Sul Adriano da Silva Freitas – CORSAN São Pedro do Sul Augusto Medeiros – CORSAN - Alegrete Danise Alves de Alves- SEMA\DEFAP</p>
Ausências Justificadas	<p>Josita Monteiro – Prefeitura de Itaara João Eduardo Lara – SEAGROS Maximiliano Moraes – Ass Eng da CORSAN</p>